

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de abril de 2021

17^a

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório – Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária.-----

-----Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes os quarenta e três membros municipais, que constituem este órgão, assim relacionados:-----

-----Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, Noémia Correia Fernandes, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António dos Santos Aleixo, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia.-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes, com a seguinte ordem do dia:-----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1.1 ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.-----
- 1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.
- 1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR.-----
- 1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----
- 1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – APRECIÇÃO.-----
- 2.2 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – SERVIÇOS JURÍDICOS – MAPA DE PESSOAL ANO 2021 – CRIAÇÃO DO LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR DE GESTÃO TURÍSTICA E CULTURAL – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO TOMADA NA REUNIÃO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL – PROJETO DE MAPA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.4 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRUNHOSINHO, CASTANHEIRA E SANHOANE NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – CONHECIMENTO.-----
- 2.5 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO.---
- 2.6 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – CONHECIMENTO.-----
- 2.7 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 2 – 2021 – CONHECIMENTO.-----

3. OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

-----No início da sessão, o senhor presidente solicitou autorização à Assembleia para incluir na ordem do dia um novo ponto para conhecimento, intitulado de “PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS A APLICAR EXCECIONALMENTE NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID_19 – ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021”, conforme a documentação que foi enviada por email para todos os membros e aprovada por unanimidade em executivo na reunião do dia vinte e sete do corrente mês.-----

-----O senhor presidente propôs que se criasse um novo ponto (2.8) na ordem do dia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto.-----

.....

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **1.1 ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da décima sexta sessão ordinária, realizada no dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.-----

-----Não participaram na votação desta ata os membros desta Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia oito de abril de dois mil e vinte e um.-----

----- **1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR:** - Por proposta do senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências:-----

-Pelo Exmo. sr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu;-----

grunzi
[assinatura]

-Pelo Exmo. sr. Jorge Coelho, antigo ministro de Portugal;-----
-Pelo Exmo. sr. Manuel António Silva, pai do funcionário da Câmara Municipal de Mogadouro, Rui Silva.-----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir.-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Manuel Luís Varandas; Ilídio Granjo Vaz; José Francisco Bento Sanches Branco; Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça; e Jorge José Martins Dias.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“Eu venho manifestar o meu apreço e o meu agrado da forma como a mesa não deixou passar as comemorações do vinte e cinco de abril mesmo numa altura tão difícil que o país atravessa. E se o senhor Presidente me der autorização queria dar duas palavrinhas sobre a música “*E Depois do Adeus*” de Paulo de Carvalho. Aparece em meados de março, penso que a catorze ou a dezasseis, deu-se início à primeira tentativa de revolução. Falhou, provavelmente por falta de comunicação entre os militares. Só chegaram a Lisboa os militares das Caldas da Rainha e foram presos. Um mês e pouco depois foi necessário não cometer o mesmo erro. Antes do “*Grândola Vila Morena*” de Zeca Afonso, que é normalmente a música associada à revolução do vinte e cinco de abril, passou no Rádio Clube Português esta música de Paulo de Carvalho “*E Depois do Adeus*”, pois ele tinha ganho há pouco tempo o festival. O festival era menos suspeito para ser associado à possível revolução. Foi por isso que a música de Paulo de Carvalho saiu no Rádio Clube Português para dizer aos militares que a revolução estava de pé e que podiam começar a preparar a saída dos seus quartéis. Muito obrigado senhor Presidente por ter trazido a esta Assembleia a música de Paulo de Carvalho.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:-**

-----“Apenas duas notas prévias.-----

-----A primeira prende-se com a intervenção do senhor líder parlamentar do partido socialista, que quis evocar a epopeia do vinte e cinco de abril. De facto, na conferência de líderes combinamos, acertamos e aprovamos que nesta sessão de Assembleia iria ser exibido um filme e que haveria umas notas muito singulares do senhor Presidente da mesa referente à efeméride e nós dispensávamo-nos de intervir, foi assim que ficou combinado. A intervenção do professor Manuel Varandas não me incomoda. O que me incomoda é que se é para uns, é para outros. Não sei se eu terei direito a dizer

alguma coisa, rápida e sucinta, ou se sou dispensado. Mas eu acho que também tenho direito, já agora também queria dizer alguma coisa, pois tenho aqui umas notas escritas como tenho sempre. Mas se estamos numa maré de simbolizar o ato, então eu também vou dizer rapidamente aquilo que penso, sobre a epopeia do vinte e cinco de abril. Isto sem desvirtuar aquilo que ficou combinado, porque se fosse aquilo que ficou combinado rematava com a intervenção do senhor Presidente da mesa.-----

-----Portanto eu só quero dizer o seguinte: eu acho que vale a pena comemorar abril, há muito ceticismo em relação a estas comemorações. Eu pessoalmente, iniciei as minhas lides praticamente partidárias, a partir de 1976. Passei pelo Executivo e tenho andado nestas Assembleias Municipais, como Presidente doze anos consecutivos e agora ainda a dar a minha colaboração ao órgão e ao partido que represento. Pode parecer estranho, mas desde então, até aos nossos dias, a afirmação do poder local foi uma constante das forças partidárias que com maior ou menor incidência se empenharam na satisfação das necessidades básicas da população nomeadamente a nível das infraestruturas, água, eletricidade, saneamento ou vias de comunicação. O que significa que se não houvesse poder local naturalmente estaríamos muito menos desenvolvidos. Em matérias de ordenamento muito se evoluiu, apesar dos obstáculos aos planos diretores municipais, planos de pormenor de urbanização, entre outros que muitas vezes particularizaram investimentos pontuais que as pessoas às vezes tentam fazer e são irradiados por força das legislações posteriores. Infelizmente, ainda hoje existe quem pretenda diminuir a Assembleia Municipal como órgão mais interventivo e decisivo do poder local. Tenho dito isto várias vezes. Confesso que tenho saudades das comemorações do vinte e cinco de abril nesta casa da democracia que a pandemia infelizmente nos condenou. Para mim, era aí que eu queria rematar, o vinte e cinco de abril de 1974 permanecerá sempre como uma recordação viva e inolvidável, por isso, enquanto tiver lucidez física e mental não deixarei que o legado da nossa história recente apague a nossa memória coletiva.-----

-----A segunda questão que eu queria colocar prende-se com a questão que coloquei ao senhor Presidente na última reunião relativamente ao grupo de trabalho. Para avivar memórias foi na sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro, interpelei o senhor Presidente da Câmara relativamente à constituição do grupo de trabalho ao abrigo da Lei 75B/2020, de 31 de dezembro, criado para se averiguar a “negociata” da venda das seis barragens da EDP para a Engie na modesta quantia de 2,2 mil milhões de euros. E, ou não, com a eventual fuga dos impostos que rondarão cerca de 110 milhões em receita para os municípios envolventes entre os quais, o nosso município. O senhor Presidente, e muito bem, informou esta Assembleia que durante todo o mês de março haveria algumas conclusões e que desde já não poderia adiantar outras considerações, e eu concordo, face à natureza sigilosa que

estes atos requerem. Como estamos no final de abril, julgo saber o que já sei, nada. Mas torna-se cada vez mais claro que todos já sabemos da trapalhada deste Governo responsável por uma urdidura trifulha e lesiva de cerca de 110 milhões de euros aos dez municípios afetados e que na minha convicção jamais irão ter retorno.-----

-----Senhor Presidente, só nos resta continuarmos impacientes e aguardarmos o desfecho da Autoridade Tributária a quem competirá deliberar se haverá direito ou não ao imposto e, simultaneamente, ao Ministério Público para averiguar se haverá a existência de algum crime de natureza jurídica ou de peculato. Até lá, tudo isto continuará muito opaco e penalizador para todos nós. É exatamente isto que nós não queríamos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“Trago pequenas questões.-----

-----Uma das questões que trago é a seguinte: infelizmente esta semana tive um funeral de um familiar na senhora do Caminho e é admissível as casa de banho estarem todo o dia fechadas. Já se podiam ter aberto, e estiveram todo o dia fechadas. Nem que se colocasse um funcionário no dia do funeral para fazer a limpeza. Acho que a partir de agora voltará tudo ao normal, mas se recuarmos outra vez, pelo menos nos dia de funeral era bom ter as casas de banho abertas com um funcionário.-----

-----Outra situação. Senhor Presidente da Assembleia, acho que deveria existir articulação com a Câmara, em função, das atas da Câmara Municipal. Estão a chegar muito atrasadas. De quinze em quinze dias as atas são aprovadas é fácil mandar para si por email e mandar para nós, porque depois apanhamos num dia três e daí para cá já saíram mais cinco ou seis e não nos chegaram nenhuma dessas atas.-----

-----Outra questão que queria colocar e só soube hoje aqui. Houve uma visita aos painéis solares de Tó, a Câmara fez convites. Gostaria de saber o porquê da Assembleia não ser convidada? Eu gostaria de visitar, pois não conheço. Se era muita gente poderiam ter feito duas visitas, um dia uns, outro dia outros. Ponho à consideração, se existe possibilidade de outra visita.-----

-----Na última reunião da Assembleia Municipal eu coloquei aqui umas questões sobre os sinais que tinham sido tombados ou retirados junto ao Banco BES, junto à estrada que vem de Vale da Madre para a rotunda da zona Industrial, e eu passo a dizer aqui aquilo que o senhor Presidente da Câmara respondeu nesse dia de fevereiro: *“Respondendo ao deputado José Branco, ainda nesta semana a empresa foi notificada, relativamente à colocação da sinalização, eles vieram há oito dias atrás fazer a reposição do sinal que caiu atrás da capela da Senhora do Caminho e foram dar um jeito a um na rotunda de Vale da Madre, no entanto os outros diz que não traziam material para o fazer por isso até hoje não voltaram. Nesta semana*

guz

foi por mim assinado um ofício no dia vinte e cinco a notificar precisamente a empresa para vir fazer a reparação, nomeadamente um sinal que ainda não está colocado junto ao Novo Banco e os outros que estão em mau estado por causa do mau tempo. De qualquer maneira já tínhamos notificado a empresa que iríamos acionar as garantias bancárias de acordo com aquilo que é a Lei, e por isso demos-lhe dez dias para virem fazer essa reposição e já foi agendada uma reunião de obra para o dia três de março (quarta-feira), entre as nove e as dezassete horas para eles virem aqui, no seguimento desta comunicação está já aqui uma nova vistoria com carácter de urgência.”-----

-----Até hoje, passado dois meses está tudo igual, não sei se existe alguma resposta ou se passa alguma coisa com essa empresa.-----

-----Após ter lido algumas atas da Câmara, existe uma do dia treze de abril onde um ponto me chamou atenção. Que é o seguinte: Expansão da terceira fase do loteamento da zona industrial. A terceira fase? Afinal vamos ter mais uma fase da zona industrial, vai aumentar? Se nesta segunda fase ainda só existem três ou quatro terrenos ocupados, não percebi se vai ser aumentado ou o que vai acontecer na terceira fase na zona industrial?-----

-----Outro dos pontos que tenho aqui, depois de ter lido as atas da Câmara, porque eu sou uma das pessoas que lê as atas com frequência, existe uma situação que me chamou atenção. Na ata número 3/2021 de nove de fevereiro, passo a ler o que está escrito: “Foi presente uma informação número 568/2020, de 18 de dezembro, da técnica superior de engenheira civil Anabela Basílio Roca Guimarães, responsável pela fiscalização da obra, anexando o relatório técnico de dezembro de 2020, bem como a proposta de trabalhos complementares resultante de circunstâncias imprevisíveis que a seguir se transcrevem”:-----

-----Eram trabalhos a mais no bairro social, Bairro Fundo de Fomento, no valor de 200.499,30€. Nessa mesma reunião de 9 de fevereiro, os vereadores TODOS POR MOGADOURO, questionaram o Presidente sobre o valor elevado pelos trabalhos a mais. Depois de algum tempo de análise do documento, a Câmara deliberou retirar o ponto e solicitar ao projetista que se renunciasse e justificasse sobre esse valor em causa e o ponto viria na próxima reunião de Câmara. O assunto veio na ata número 5, de nove de março, e passo a ler o que está escrito: “foi presente a informação número cento e doze, de quatro de março corrente, da fiscalização da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, sobre o assunto em epígrafe, na qual informou que, face à deliberação do órgão executivo tomada na reunião ordinária de nove de fevereiro último, relativamente ao valor dos trabalhos complementares apresentados, que os mesmos foram sujeitos a uma reapreciação e reavaliação por parte da fiscalização e do projetista, anexando os respetivos relatórios. Mencionou ainda que é de salientar que a obra em causa trata de uma reabilitação e, nestas situações e, por diversos fatores já referenciados, o agravamento de trabalhos não previstos e

imprevisíveis nas empreitadas é superior ao espectável numa construção nova.”-----

-----E os valores dos salários a mais nesse dia passaram para 103.801,46€: ora senhores deputados vejam o seguinte: na reunião de nove de fevereiro de dois mil e vinte e um, a fiscalização informa a Câmara que os trabalhos a mais eram 200.499,30€, os vereadores da Coligação TODOS POR MOGADOURO reclamaram esses trabalhos a mais, passado dois meses na reunião nove de março a fiscalização juntamente com o projetista informa que os valores dos trabalhos a mais eram 103.801,46€. Ora vejamos, uma diferença de 96.697,84€, nós, a bancada TODOS POR MOGADOURO, achamos que estamos perante uma salada russa que são estes “trabalhos a mais”. Numa reunião eram 200.000€ o PSD e CDS reclamaram passaram para 103.000€. Senhor Presidente, deixo aqui uma pergunta: Onde estão esses 96.697,84€ que desapareceram dos trabalhos a mais fiscalizados pela fiscalização e que pretendiam que a Câmara pagasse na reunião de nove de fevereiro?”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Em relação às atas é o seguinte: se existe descoordenação não é nossa, nós já solicitámos as minutas das atas, uma vez que as atas demoram tempo a fazer. Solicitamos atempadamente que nos enviassem pelos menos as minutas para termos conhecimento dos assuntos, mas não nos foi facultado. As atas que vocês recebem é quando eu as recebo também. O que posso voltar a fazer é voltar a solicitar.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Se me permite, gostaria de informar que o livro que acabamos de distribuir a todos, é um livro que foi publicado pelo ex. Presidente da Câmara de Bragança, pelo Eng. Jorge Nunes, e que o Município adquiriu para ser distribuído por todos os membros desta Assembleia e também pelo Executivo. Tendo chegado a semana passada, fizemos essa distribuição e espero que acabem também refletir conjuntamente com ele aquilo que ele entende que é importante para o desenvolvimento regional do interior.-----

-----Senhor Presidente, em relação às questões que aqui foram colocadas quero dizer o seguinte: o professor Ilídio como sempre muito assertivo na sua intervenção. Mas vou dizer-lhe o seguinte: a sua impaciência é igual à minha. Aliás, estamos nesta impaciência diariamente e somos confrontados com alterações de um momento para o outro. De facto, era dia trinta de março, a data limite do grupo de trabalho para representar o relatório final, mas fomos nós próprios, o grupo de trabalho no seu todo, que pediu que fosse até trinta de abril a possibilidade de podermos apresentar este relatório final,

dada a quantidade de dúvidas que iam surgindo todos os dias. Íamos debatendo todas as semanas e todas as semanas íamo-nos reunindo por causa, efetivamente, de apresentarmos o relatório final ao senhor Ministro do Ambiente de acordo com o despacho 866/2021. Não vou adiantar muito mais, como compreende o relatório está em fase final. Existia uma data marcada para o dia três de maio, segunda-feira, para ele ser apresentado publicamente e também assinado um acordo entre todos os parceiros que fazem parte deste grupo de trabalho juntamente com o Ministério do Ambiente, APA, ICNF, Comissão de Coordenação, Autoridade Tributária, conforme o que nos foi comunicado ontem, foi alterada a data para comunicarem oportunamente a mesma. Ou seja, ainda não temos a data certa de quando será assinado este acordo entre todos para poder ser conhecido este relatório que o grupo de trabalho tem praticamente pronto, falta acertar no relatório aquilo que é o roteiro. Trata-se dos investimentos que os Municípios pretendem ver inseridos naquilo que é a boa vontade dos projetos que temos em mãos, porque cada um entende que eram importantes para a região, e, portanto, para o desenvolvimento da região, sendo que, o que está estabelecido são projetos do Ministério do Ambiente, ligados ao ambiente, e que estarão dentro desse roteiro. Portanto, existiu a necessidade de reformular todos os outros que cada um tinha pensado em conjunto ou em separado, no caso de Mogadouro também tinha projetos em separado, noutra caso tinha em conjunto, porque no Baixo Sabor são quatro Municípios do qual Mogadouro faz parte e, portanto, esse era a importância desses projetos em comum para a região. Aqueles projetos que nós tínhamos e que envolviam muito dinheiro no respeitante à agricultura, à economia, à cultura, estou a falar dos Ministérios e também nas infraestruturas, esses foram retirados. Não vão constar desse roteiro, uma vez que não fazem parte das competências do Ministério do Ambiente, estamos aqui a falar daquilo que é importante para o desenvolvimento da região, estamos a falar em números muito altos, no entanto, esta é uma boa vontade “de todos” queríamos todos ver nesse roteiro tudo aquilo que era ligado a outras áreas que não fosse só essas, mas de qualquer maneira sendo estas, temos que nos adaptar. De qualquer maneira esse relatório vai ser público dentro de poucos dias, estou convencido que a não ser dia três estará uma questão de agenda por parte de alguém que não poderá estar presente nessa assinatura do acordo que estava marcado e agendado para o próximo dia três em Miranda do Douro, de qualquer maneira as dúvidas que têm os senhores são as dúvidas que vamos ter nós, se efetivamente o dinheiro vai ou não vai existir. Uma coisa é certa, por parte do Ministério do Ambiente existe o compromisso de que todos os projetos que forem da competência do Ministério eles terão participações, agora como, se são fundos comunitários no 2030, se é de outra forma, nós queremos ver estabelecido isso. Por outro lado, na sexta-feira passada, faz hoje oito dias, houve uma reunião com o MOVHERA, ou

Handwritten signature and scribble in the top right corner.

seja, foi chamada para a nossa reunião do grupo de trabalho já foi presencial neste caso foi em Torre de Moncorvo. A MOVHERA para perceber da parte deles qual era a disponibilidade financeira para apoiarem alguns dos projetos que aqui estão. É evidente que o representante da empresa, o administrador não assumiu compromisso nenhum, quis ouvir por parte dos Municípios o que nós pretendíamos, mas de qualquer maneira foi enviada uma listagem para ele não individualmente mas com os valores a nível dos investimentos em cada um dos sectores que estavam ali estabelecidos e por isso vamos aguardar com expectativa que a própria empresa esteja disponível para vir participar em alguns dos projetos que eles entenderem, não sabemos quais os projetos que eles poderão estar disponíveis para o fazer. Não sei qual é o “time” que a empresa tem, porque ele iria colocar isso à própria administração do consórcio ENGIE e aí sim o conselho de administração terá que se pronunciar porque ele é um mero agente de intervenção entre ambas as partes. De qualquer maneira percebemos que por parte da empresa também existe boa vontade, mas a boa vontade não chega, para podermos perceber com o que podemos contar. Aqui está resumidamente aquilo que posso dizer professor, mas de facto não tem sido um trabalho fácil, não tem sido fácil, para terem uma ideia os valores eram quatro vezes acima daquilo que era o valor que inicialmente estaria previsto e houve necessidade de fazer reuniões individuais em cada um dos concelhos por parte do Presidente do grupo de trabalho que se deslocou à região e que fez com cada um dos Municípios em separado no caso de Mogadouro e Miranda, foi aqui em Mogadouro e depois no Baixo Sabor com a agência Foz Tua, portanto fez esse trabalho para perceberem exatamente e resumirem aquilo que eram os valores que estavam em cima da mesa e que de facto eram quatro vezes superiores àquilo que era o valor global que em princípio estaria no imposto de selo, eram os 110 milhões de euros. Em relação a isso, as Câmaras Municipais e os Presidentes respetivos dos dez concelhos facilmente chegamos a um acordo entre todos. Mogadouro e Miranda têm que ser compensados porque o Douro Internacional nunca teve outra compensação, isso é mais que visto, não é querer puxar a brasa à nossa sardinha, mas percebam que todas as outras barragens foram feitas e tiveram alguns fundos. No caso de Bemposta, Miranda do Douro e Picote não houve fundos e por isso haverá uma compensação, mas sempre compreendida por todos. Em relação a esta questão só nos custa que aqueles projetos que seriam importantes para o desenvolvimento do interior e da nossa região, não façam parte desse roteiro porque não fazem parte do Ministério do Ambiente e portanto é este o ponto de situação que posso transmitir.-----
-----Respondendo ao deputado José Branco e fazendo algumas das considerações que teceu. Nunca imaginei que a casa de banho da casa mortuária estivesse fechada, pelo menos em dias em que tem gente. As casas de banho públicas estão fechadas, mas aquela tem de estar ao serviço, por

isso, irei perguntar à responsável o porquê de não abrir a casa de banho nessa hora, ou pelo menos deixariam a chave disponível às famílias para terem a possibilidade de irem a uma casa de banho. Essa embora seja pública, no fundo está destinada à casa mortuária, eu próprio lamento que isso tenha acontecido, mas mal termine esta reunião irei perceber o que se passa.-----

-----As atas do executivo são aprovadas de quinze em quinze dias, normalmente à terça-feira, depois da nossa reunião de Câmara e depois da aprovação ela é colocada em cima da mesa, eu assino, por isso ela deve ficar pública penso que na quarta-feira. As atas são públicas e são publicadas pelos nossos serviços logo a partir do momento que ela está assinada. É aprovada por todos nós na terça-feira, ao fim da manhã colocada em cima da mesa e eu depois de assinar e com as retificações solicitadas, não é que sejam muitas, mas existem sempre correções a fazer, depois de assinada ela tem de ser pública. Independente de vos ser enviada ou não, o nosso site tinha que a disponibilizar imediatamente, por isso irei ver porque não estão a fazer isso. Reparem que estes quinze dias efetivamente entre a data da reunião, a sua aprovação e a publicitação, para vos explicar porque podem algumas chegar em cima da hora, caso desta última que foi feita terça-feira, hoje é sexta-feira nem sei se vos chegou, mas já deve estar pública. Nós não fazemos minuta, aprovamos em minuta, mas não existe uma minuta feita. Tem de ser pública depois de aprovada, retificada e assinada.-----

-----Relativamente à visita à Central Fotovoltaica de Tó, nesta primeira fase, foi só e porque ainda estávamos em estado de emergência foi-nos pedido que fossemos poucos nessa visita. Foram convidados os Presidentes de Junta e um representante de cada grupo parlamentar da Assembleia juntamente com o senhor Presidente da Assembleia e o Executivo, aqueles que puderam ir nesta primeira fase. Com a empresa não haverá problema nenhum de lhe pedirmos que nos possam providenciar mais uma visita para aqueles que não tiveram oportunidade de ir. Para além de que ontem fui confrontado com uma televisão que também queria lá ir, uma televisão nacional que queria fazer uma reportagem e eles foram todos convocados para estarem presentes, por isso temos de agendar e penso que a empresa com bons olhos verá essa abertura para terem a possibilidade de ir e visitar as instalações e perceber o que ali está. Já existe este Mogadouro um em produção e o próximo Mogadouro dois que irá entrar em construção dentro de pouco tempo, cerca de um mês ou mês e pouco.-----

-----Sobre a sinalização o senhor tem toda a razão. Foi marcado para três de março de dois mil e vinte e um uma reunião com a empresa, de acordo com o que estava ou com o que tinha sido comunicado, e a empresa não veio. Agora foi acionada a garantia bancária, porque se eles não aparecem, temos que acionar as garantias bancárias que temos para podermos repor esta situação porque até agora ainda não apareceram.-----

-----Falou aqui na Expansão da terceira fase, isto trata-se de um projeto que

o Município de Mogadouro apresentou a um aviso do Norte 2020, que era a qualificação da inovação das pequenas e médias empresas e tratava-se de áreas de acolhimento empresarial. Nós fizemos uma candidatura que nos foi aprovada. A candidatura foi aprovada com um investimento elegível de um milhão quinhentos e seis mil quinhentos e trinta euros e quatro cêntimos, e que tem um fundo FEET de quinhentos e cinquenta mil euros, trata-se efetivamente da questão que tínhamos ali em cima relativamente a alguns dos terrenos da zona industrial, que tinham dificuldade na sua movimentação de terras, tornavam-se muito caras. Fizemos essa candidatura que nos foi aprovada e, portanto, temos esta oportunidade. Trata-se de podermos dar a possibilidade às pessoas que querem aqueles terrenos e que tenham mais dificuldade, fazemos essa intervenção que na fase da zona industrial não foi possível fazê-la. Mas como lhe disse, tem esse financiamento e que foi aprovado pela Comissão Diretiva do Norte 2020, a sua aprovação foi em dezoito de março de dois mil e vinte e um e que está também aprovado e foi ontem pago o aviso para sair o anúncio no Diário da República deste concurso público.-----

-----Relativamente aos trabalhos complementares do bairro social eles constam do relatório do projetista e da fiscalização. Como referiu da primeira vez, foi pedido ao projetista que fizesse um relatório, sendo que depois foi apresentado e foi a conclusão a que chegaram dos trabalhos, por isso é que existe uma divergência entre os valores. Inicialmente estavam, e foi o acerto entre aqueles que eram feitos e aqueles que não eram feitos, por isso ter baixado a valor, mas constam dos relatórios exatamente referente a essa questão que levantou.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA:**-----

-----“Não tinha nenhuma intervenção preparada mas existem coisas que ocorrem no momento.-----

-----Quando o senhor Presidente da Câmara falou no ICNF, portanto, no Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e no Douro Internacional. Lembrei-me logo do Parque Natural do Douro Internacional, e claro, estou lá inserida. Gosto muito de estar lá, gosto muito do parque, mas existem coisas que realmente precisávamos que o parque agilizasse, nomeadamente os pareceres. Pareceres que são obrigatórios para qualquer atividade, se queremos plantar uma vinha, um olival, enfim, fazer um muro ou uma coisa qualquer, tudo o que é dentro do parque, como sabe, precisa de um parecer. Esses pareceres dão uma dor de cabeça a quem os pede e a quem precisa de os entregar com prazos. Nomeadamente, aquilo que neste momento está em cima da mesa e que conheço bem são por exemplo as candidaturas VITIS, para plantação de vinha, com apoio, já foi melhor, mas mesmo assim ainda é bom. Os pareceres do parque ainda não chegaram, já foi pedido um

alargamento do prazo à senhora Diretora, neste caso concreto concederam, mas a verdade é que no geral e todos os anos e acho que para todos os pedidos, para outro tipo de candidaturas, para todos do PDR para qualquer coisa é sempre muito demorado. Portanto, eu queria pedir ao senhor Presidente que se conseguir, porque nestas coisas é sempre possível, de alguma forma, junto do senhor Ministro, das entidades superiores agilizarem um pouco este processo. Em alguns casos na minha maneira de ver, até é simples dar um parecer, por exemplo, se uma vinha é reconvertida, tirar uma para plantar outra, acho que não é difícil dar um parecer favorável. Haverá outras situações mais complexas, mas nestas, acho que poderiam arranjar uma forma de agilizar, eu sei que eles também têm poucos recursos, são poucos para tanto trabalho, mas precisamente por isso em alguns casos podiam ultrapassar algumas situações e agilizar de forma a poderem dar resposta atempada para se conseguir cumprir os prazos impostos pela própria administração. O parque tem coisas boas, mas tem algumas que são uma dor de cabeça.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Já fui abordado várias vezes por várias pessoas e acho que é significativo uma vez que segundo estudos feitos é talvez o local mais visitado do nosso concelho, trata-se da queda de água de Lamoso. A queda de água de Lamoso é visitada por vários turistas que vêm de vários concelhos, são alojados em alojamentos locais no distrito e depois deslocam-se a esta maravilha da natureza.-----

-----O que me traz aqui é que gostaria de ver aquele espaço com outras estruturas, outras condições, não sei se poderá a Câmara intervir, porque está dentro do Parque do Douro Internacional mas já temos um ponto assente, uma vez que as obras já foram feitas, a maior parte delas estão feitas seria uma bonificação no aspeto de criar melhores condições. Outro ponto que me chamou atenção: já ocorreram dois ou três acidentes, um deles recentemente, uma senhora de Bemposta, caiu e fraturou uma perna e tornou-se difícil tirar a pessoa. Convinha, na minha maneira de ver, se fosse possível, alargar as condições do caminho até à entrada da queda de água, o mais próximo possível do sítio a visitar. Acho que beneficiar só nos traz benefícios, desculpem a redundância, uma vez que é muito visitada, seria de todo o interesse, melhorar as condições de utilização” -----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Respondendo a este problema que a engenheira Teresa Vilariça levantou e bem, assumo aqui o compromisso, já tinha essa ideia de fazer sentir efetivamente e não só ao ICNF, porque nesta semana passada fui

confrontado com alguns pedidos de gente que tem projetos no PDR que também estão por aprovar, estão pendentes e por isso existe a necessidade urgente que tenham desenvolvimentos de deferimento, principalmente que sejam deferidos, mas é evidente que aquilo que a senhora está aqui a levantar e a debater é um problema que o próprio ICNF também não responde facilmente. Eu posso-lhe dizer que me foi pedido por uma pessoa que tinha feito um projeto aqui em Mogadouro e estava pendente desse parecer do ICNF, passado quase três meses descobriram onde o processo estava, sabiam que estava naquele chefe de divisão, e a resposta de manhã foi que “finalmente já encontramos o processo”, ele já está nas mãos do chefe de divisão, quando no dia anterior já tinham mandado à pessoa o deferimento do processo. Isto para se perceber que não está a funcionar bem. Confrontei a senhora Diretora e Vogal do Conselho Diretivo, a arquiteta Sandra Sarmento, sobre esta situação ao telefone ainda não tive oportunidade de falar com ela pessoalmente, mas isto não pode acontecer. Não podemos estar à espera de um parecer de um Instituto, neste caso do ICNF tanto tempo, depois o próprio técnico anda à procura de onde é que ele está, está em Braga em cima da mesa do chefe de divisão, afinal ontem tive de ligar ao técnico para tentar saber onde andava o processo. E afinal já tinham mandado ontem por email o deferimento do pedido. De qualquer maneira nós tínhamos agendado para segunda-feira, depois da assinatura do acordo com o grupo de trabalho e com as outras entidades, tínhamos projetado, ou seja, estava na agenda a assinatura do protocolo de colaboração técnica e financeira do modelo de cogestão do Parque Natural do Douro Internacional. Pelo que sei, ontem já foi suspensa a assinatura, como eu vou ter de fazer uma intervenção, e vou ter ali efetivamente pessoas que estão presentes na assinatura do protocolo e um deles é o ICNF é evidente que uma das situações que irei levantar e irei colocar a quem está lá a representar vai ser efetivamente essa questão dos pareceres. É inadmissível que se esteja tanto tempo à espera de um parecer que depois anda aos tombos de um lado para o outro e não se sabe onde ele está, e quando já sabia onde estava e tinham dado resposta ao próprio requerente me dizem que já o tinham encontrado e nem sabiam que já tinham dado a resposta, é uma situação desagradável. De qualquer maneira tomo nota disso e posso-lhe garantir que será uma das minhas intervenções. Os projetos estão pendentes por pareceres de outras entidades que se arrastam pelo tempo.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia também levantou aqui uma questão que é a cascata da Faia Alta de Lamoso, nós vamos fazendo intervenções, foi um projeto que o ICNF fez, mas a manutenção tem sido o Município que a vai fazendo e fruto do tempo e também de algum descuido por parte de alguns “visitantes”. Relativamente à destruição que tem sido objeto algum equipamento, nós vamos tendo sempre essa preocupação de repor aquilo que se vai danificando. Os acessos são sempre difíceis principalmente quando

gms
o

cai muita chuva e quando vem em modo anormal. É uma questão que podemos colocar, se podemos fazer ali alguma intervenção relativamente ao melhoramento de todo o caminho, lá nos vamos debater com o ICNF mas pode ser que se chegue a bom porto. Nós temos tido essa preocupação, aliás a vereadora Joana tem mandado sempre e tem pedido ao encarregado das obras que vá fazendo a manutenção, e eles têm ido lá a fazer aquela manutenção porque muita da destruição não é só do tempo, as pessoas também acabam por destruir um bocadinho do que está feito.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Eu só chamei à atenção porque acho que é um local belíssimo, muito frequentado e que poderia servir de catapulta para promover os pontos turísticos do nosso concelho. E como vejo que existem várias intervenções em passadiços que não tem nada a ver com aquilo, pelo contrário, são muito inferiores, nós poderíamos ter ali um espaço muito bom. Esta é a minha opinião.”-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

----- 2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APRECIACÃO: -

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta.-----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de catorze de abril de dois mil e vinte e um, era a seguinte:-----

“Dívida em 14/04/2021 -----

– A fornecedores	126.811,73€ -----
– A empreiteiros	0,00€ -----
– Empréstimos em dívida	353.391,97€ -----
– Leasings	0,00€ -----
– Encargos para o presente ano	139.886,37€ -----
– Saldo em 14/04/2021 -----	
– Orçamental	5.478.784,27€ -----

– Operações de tesouraria	579.112,69€ -----
– Em documentos	53.380,17€ -----
– Fundos comunitários a receber	376.730,12€.” -----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:-----

-----“Senhor Presidente da Assembleia, neste ponto, mais uma vez faltam documentos. Eu sei que o senhor pode não ter responsabilidade, mas de acordo com o despacho nº4 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, nas informações dadas pelo senhor Presidente devem também constar as reclamações dirigidas à Câmara, recursos hierárquicos e os processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado. Já vim aqui várias vezes e acho que a primeira vez que eu vim foi em dois mil e dezanove, em reuniões o documento vem noutras não vem, é um desleixo. Eu sei que a culpa não é sua, mas é um ponto obrigatório.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Está feito o reparo. Nós atempadamente enviamos por escrito o pedido/solicitação de todos os documentos que a Câmara quer introduzir na sessão da Assembleia Municipal.”-----

----- 2.2 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – SERVIÇOS JURÍDICOS – MAPA DE PESSOAL ANO 2021 – CRIAÇÃO DO LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR DE GESTÃO TURÍSTICA E CULTURAL – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO TOMADA NA REUNIÃO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Se bem se recordam a informação acabou por ser igual àquela que vinha, ou seja, acabou por ficar o erro na mesma perante a certidão que foi emitida pelos serviços para vir a Assembleia. Tornamo-nos a ver confrontados com o mesmo erro, por isso, não é um Técnico Superior de Gestão Turística e Ambiental, mas sim um Técnico Superior de Gestão Turística e Cultural. É por essa razão que volta novamente à Assembleia Municipal para aprovação, embora tivessem aprovado mas ficou a mesma coisa.”-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:-----

-----“A bancada TODOS POR MOGADOURO na última reunião aprovou porque nós pensávamos que já estava dirigido o lugar para quem era. Agora

vimos que se calhar não podem encaixar aquela pessoa. Nós vamos voltar a votar favoravelmente porque nós sabemos para quem vai ser o lugar.”-----

----- *Colocada a votação pelo senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a correção de erro na criação do lugar de Técnico Superior de Gestão Turística e Ambiental para Técnico Superior de Gestão Turística e Cultural.*-----

----- **2.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO AMBITO DA AÇÃO SOCIAL – PROJETO DE MAPA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Esta questão já foi aqui aprovada, aliás, a Assembleia Municipal já aprovou a não aceitação das competências nesta área, no entanto, e depois no decorrer do presente ano, fomos confrontados com uma alteração à Lei e como no fundo tínhamos que aceitar uma coisa que anteriormente tínhamos dito que não aceitávamos, é efetivamente voltar a referir que não aceitamos as competências. Este mapa não faz sentido para quem não aceitou as competências.”-----

----- *Analísado o assunto, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e decretado pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a posição tomada pela Câmara Municipal de não aceitar as transferências de competências no domínio da ação social para o ano dois mil e vinte e um.*-----

----- **2.4 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRUNHOSINHO, CASTANHEIRA E SANHOANE NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – CONHECIMENTO.** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido.-----

----- **2.5 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo setor de contabilidade.-----

----- **2.6 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas bulldozer, giratória

e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de março e abril de dois mil e vinte e um.-----

----- **2.7 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 2 – 2021– CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e quinze até à presente data.-----

----- **2.8 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA-PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS A APLICAR EXCEPCIONALMENTE NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID 19-ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021 – CONHECIMENTO - A** Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:**-----
-----“Eu só venho trazer um “lembrete” ao senhor vereador Evaristo, no sentido de que esta chuva está a provocar o crescimento de ervas muito rapidamente e as bermas estão a ficar muito altas e numa entrada de Mogadouro parece-me que se deveria ter mais cuidado. Portanto, não é puxar a brasa à minha sardinha, mas ao sair de casa vejo-me confrontado com eminentes perspetivas de acidente. E também dizer-lhe que alguns pontos de luz estão apagados há dois anos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----
-----“Só queria referir uma questão.-----
-----Anteontem houve um período de chuva muito forte durante o dia, e junto à Palmira são situações que se devem resolver, na zona Industrial em frente à queijaria, acho que é possível fazer algum arranjo.-----
-----Outra questão, não é agora, se calhar já nem é tempo, mas uma limpeza uma vez por ano das sarjetas por causa das folhas era necessária. Junto à casa da Palmira e perto da casa do senhor Loução ou da casa da esposa penso que entrou água porque passou por cima do passeio, empatou a água na lomba e as sarjetas não estavam limpas. Só queria deixar esse reparo.”-----

griz
S.

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“Relativamente às questões que levantou o deputado Ilídio Granjo, em relação à limpeza das bermas, habitualmente fazemos sempre em maio porque temos que dar duas voltas. Não se preocupe, se não for na próxima semana, brevemente e habitualmente começamos sempre pelas entradas da vila. Na próxima semana arrancaremos com a limpeza das bermas. Em relação aos pontos de luz é muito fácil, é só ligar para a EDP, existe um número próprio das avarias é só ligar e comunicar a avaria do ponto e dar a localização.”-----

----- No sentido de comemorar o vinte e cinco de abril, procedeu-se à entrega de um cravo e de um livro “Reflexões e Contributos para o Desenvolvimento Regional do Interior”, de António Jorge Nunes a todos os membros municipais, em seguida ouviu-se a música “Depois do Adeus”, e projetou-se um pequeno vídeo “Acorda Portugal!”, concluindo com uma mensagem do Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Dias, que a seguir se transcreve:-----

----- *“Perante o contexto atual em que vivemos vimo-nos impossibilitados de comemorar condignamente o 25 de abril de 1974.*-----

----- *Porém, e passados 47 anos, é nossa obrigação, lembrar todos aqueles que de uma ou de outra maneira, contribuíram para que hoje possamos usufruir da liberdade conquistada.*-----

----- *Aceitemos com humildade essa palavra “liberdade”, tomando cada um em particular a responsabilidade de a preservar, mas acima de tudo a responsabilidade de a usar.*-----

----- *Reforço o meu pensamento com a última estrofe do poema Liberdade. De Miguel Torga.*-----

----- *“Até que um dia, corajosamente,*-----

----- *Olhei noutro sentido, e pude, deslumbrado,*-----

----- *Saborear, enfim,*-----

----- *O pão da minha fome.*-----

----- *Liberdade, que estais em mim,*-----

----- *Santificado seja o vosso nome.”*-----

----- *Por fim dizer a todos e a cada um: VIVE LIVRE, PORQUE A VIDA SÓ TEM SENTIDO, SE FOR VIVIDA EM LIBERDADE.”*-----

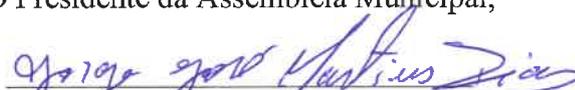
----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018,

de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----
----- Eram onze horas e trinta minutos quando o senhor Presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,


(Anabela Mendes Pereira)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Jorge José Martins Dias, prof.)

Esta ata é constituída por 8079 palavras, distribuídas por 20 páginas e 825linhas